

The background of the entire cover is a high-contrast, black and white aerial photograph of a city. The image shows a dense, complex urban layout with a clear grid pattern of streets and buildings, interspersed with some irregular, organic shapes that suggest parks or undeveloped areas. The overall texture is grainy and detailed, capturing the intricate patterns of city planning and growth.

REVISTA

# **idades**

## **processos extremos na constituição da cidade**

[da crise à emergência dos espaços contemporâneos]

volume 11

| número 19

| 2014





REVISTA  
**ciudades**

# processos extremos na constituição da cidade

[da crise à emergência dos espaços contemporâneos]



# CIDADES

REVISTA CIENTÍFICA  
VOLUME 11 - NÚMERO 19 - 2014

## EQUIPE EDITORIAL

### Coordenação Editorial

Silvana Maria Pintaudi - UNESP/RC

### Editores deste número temático

Carlos Tapia  
Manoel Rodrigues Alves

### Comissão Editorial

#### Grupo de Estudos Urbanos (GEU)

Ana Fani Alessandri Carlos – USP  
Jan Bitoun - UFPE  
Marcelo Lopes de Souza - UFRJ  
Maria Encarnação Beltrão Spodito - UNESP/PP  
Maurício de Almeida Abreu - UFRJ (*in memoriam*)  
Pedro de Almeida Vasconcelos - UFBA  
Roberto Lobato Corrêa - UFRJ  
Silvana Maria Pintaudi - UNESP/RC

### Conselho Científico

Amélia Luisa Damiani - USP  
Ana Clara Torres Ribeiro - UFRJ (*in memoriam*)  
Arlete Moysés Rodrigues - UNICAMP  
Carles Carreras - Universitat de Barcelona  
Horacio Capel - Universitat de Barcelona  
José Alberto Rio Fernandes - Universidade do Porto  
José Aldemir de Oliveira - UFAM  
José Borzachiello da Silva - UFC  
Leila Christina Dias - UFSC  
Maria Adélia Aparecida de Souza - USP  
Odette Carvalho de Lima Seabra - USP  
Paulo César da Costa Gomes - UFRJ  
Suzana Pasternak - USP

### Secretaria

Carlos Henrique Costa da Silva  
César Simoni Santos  
Isabel Pinto Alvarez

### Apoio

André Felipe Vilas de Castro

### Capa

Murilo Arruda

### Revisão de língua portuguesa

Maria Inêz Fonseca

### Revisão de língua espanhola

Carlos Tapia

**Conferência da revisão**

Caroline Christine  
Laura Adami Nogueira  
Luiana Cardozo  
Maíra Cristo Daitx  
Manoel Rodrigues Alves  
Silvana Maria Pintaudi  
Talita Heleodoro  
Veruska Bichuette

**Normalização bibliográfica**

Laura Adami Nogueira  
Luiana Cardozo

**Sistema eletrônico de editoração de revistas**

Paulo Fernando Jurado da Silva

**Projeto gráfico e diagramação**

Pró-Salas

**Revisão**

Talita Heleodoro  
Veruska Bichuette

**Impressão gráfica**

Suprema Gráfica

**Publicação semestral sob responsabilidade do Grupo de Estudos Urbanos - GEU**

Avenida Professor Lineo Prestes, 338  
São Paulo, SP, Brasil. CEP: 05508-000

(Correspondência postal aos cuidados de Silvana Maria Pintaudi e-mail: smpintaudi@gmail.com)

**Site: revista;fct.unesp.br/index.php/revistacidades**

Informações e envio de textos: cidadesrevista@gmail.com

Solicita-se permuta/ Se solicita intercambio / We ask for exchange  
On demande l'échange/ Si richiede lo scambo/ Man bittet um Austausch

CIDADES: Revista científica/ Grupo de Estudos Urbanos - Vol. 1, n. 1, 2004 -  
São Paulo: Grupo de Estudos Urbanos, 2004 -  
v. 11., n. 19: 21cm., il.

Semestral  
2014, v. 11, n. 19  
ISSN 1679-3625 (impresso)  
2448-1092 (on-line)

I. Grupo de Estudos Urbanos

CDD (18.ed): 910.13  
CDU: 911.3

**Suprema Gráfica e Editora**  
São Carlos/SP. (16) 3368-3329  
suprema@supremagrafica.com.br



# palavras do editor

## prólogo

## **PALAVRAS DO EDITOR**

Os Processos Extremos na Constituição da Cidade foi o tema escolhido pelos pesquisadores editores deste número para debater as mutações recentes no espaço urbano, que registraram grandes renovações nas cidades, atingindo diversos níveis da sociedade e, embora com diferenças entre a Espanha, o Brasil e outros países, são o resultado de um mesmo processo no qual o capital financeiro tem a primazia na ordem econômica mundial.

Este novo número temático da revista Cidades (n.19, vol.11) reúne artigos do Seminário homônimo realizado em Sevilha, em novembro de 2013, sob a coordenação de

pesquisadores do NAPUrb (Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo: IAU-USP) e do grupo OUT\_Arquias (Escuela Técnica Superior de Arquitectura de la Universidad de Sevilla: ETSA-US). Naquela ocasião, debateram geógrafos, sociólogos, antropólogos e arquitetos urbanistas que, com diferentes olhares, apresentaram suas críticas. O encontro foi promovido pelo NAPUrb: Núcleo de Pesquisa 'Urbanização e Mundialização: novos processos de produção do espaço urbano' e pelo OUT\_Arquias, e apoiado pela Universidade de Sevilha e pelo GESP - Grupo de Estudos sobre São Paulo - da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.



Este número tem a editoria dos colegas Carlos Tapia e Manoel Rodrigues Alves. Excepcionalmente, será publicado também em versão impressa sob o patrocínio do NAPUrb.

Agradeço aos editores deste número e desejo aos leitores, em nome de Cidades, uma leitura crítica e produtiva.

Silvana Maria Pintaudi  
São Paulo/2014

## **PALABRAS DEL EDITOR**

Los Procesos Extremos en la Constitución de la Ciudad ha sido el tema escogido por los investigadores editores de este número para el debate sobre las mutaciones recientes en el espacio urbano, que han registrado grandes renovaciones en las ciudades, alcanzando a diferentes niveles de la sociedad y, aunque con diferencias entre España, Brasil y otros países son el resultado de un mismo proceso en lo cual el capital financiero tiene la primacía en el orden económica mundial.

Este nuevo número temático de la revista *Cidades* (n.19, vol.11) reúne artículos del Seminario homónimo realizado en Sevilla, en noviem-

bre de 2013, coordinado por investigadores del NAPUrb (Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo: IAU-USP) y por el grupo OUT\_Arquias (Escuela Técnica Superior de Arquitectura de la Universidad de Sevilla: ETSA-US). Para esa ocasión, debatieron geógrafos, sociólogos, antropólogos y arquitectos urbanistas que, con sus diferentes miradas, presentaron sus críticas. El encuentro ha sido promovido por el NAPUrb: Núcleo de Investigación 'Urbanización y Mundialización: nuevos procesos de producción del espacio urbano' y por el OUT\_Arquias, y apoyado por la Universidad de Sevilla y por el GESP –Grupo de Estudos sobre São Paulo– da Faculdade de Filosofia, Letras

e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Este número está editado por los colegas Carlos Tapia y Manoel Rodrigues Alves. Excepcionalmente, será publicado también en versión impresa con el apoyo del NAPUrb.

Agradezco a los editores de este número y deseo a los lectores, en nombre de Cidades, una lectura crítica y productiva.

Silvana Maria Pintaudi  
São Paulo/2014

## PRÓLOGO

### CARLOS TAPIA

(UNIVERSIDAD DE SEVILLA. ETS  
ARQUITECTURA, ESPAÑA)

tava@us.es

### MANOEL RODRIGUES ALVES

(UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO  
CARLOS, BRASIL)

mra@sc.usp.br

Em que Cidade, ou Cidade(s), habitamos? Em relação a cidade coetânea, Pardo afirma que:

*“[...] o que está sucedendo é que o paradigma em virtude do qual se construiu a cidade em sua configuração anterior já é um paradigma antiquado e inútil para que a cidade possa fazer frente a seus desafios de futuro e, sem dúvida, todavia*

*não terminou de instalar-se o novo paradigma, esse que tornará a cidade finalmente apta para uma supervivência ágil e eficaz em um mundo que estará completamente transformado”*<sup>1</sup>. Para Cacciari *“Que habitamos hoje? Habitamos cidades? Não, habitamos territórios [...] territórios indefinidos e as funções se distribuem em seu interior, mais além de qualquer lógica que as programe, mais além de qualquer urbanismo?”*<sup>2</sup>

No contexto dessas duas citações, o objetivo deste número temático da Revista Cidades é o de fomentar a reflexão sobre a cidade contemporânea, seus processos de transformação e espaciali-

---

1 Pardo, J. L. (2011:357). Tradução dos autores

2 Cacciari, M. (2011:41). Tradução dos autores

dades. Em uma cidade de inéditas formas de enunciação, de uma contemporaneidade conformada pela globalização econômica e a planetarização de processos, meios e procedimentos que conformam a vida cotidiana, entendemos necessário o reexame de seus processos de conformação e configuração.

A reflexão conceitual sobre esses processos, a introdução de marcos teóricos distintos e a análise de realidades concretas introduzidas neste número de Cidades buscam possibilitar a análise de novas morfologias urbanas e suas relações com distintos conteúdos (novos ou não). Dessa forma, investigar transformações de processos de urbanização e de produção da cidade, ou a

exarcebção de processos já conhecidos que, todavia, operam em um contexto socio-cultural diferenciado, conformando microgeografias de um cotidiano denso e de novas conformações de uso e apropriação do espaço.

Mais do que a cidade em si mesma, a proposta de “Processos Extremos” investiga dimensões da produção e reprodução do espaço urbano contemporâneo, em particular relações e tangências de espacialidades e de processos. Ao interrogar pontos de inflexão em práticas e ideias que fundamentam, produzem e reproduzem a cidade coetânea, numa articulação dialógica entre teoria/realidade urbana e localização/mundialização, re-discute marcos de compreen-

são e de práticas espaciais e de intervenção, por meio da compreensão crítica desses mesmos marcos, práticas e intervenções.

Na cidade do presente as fronteiras são borradas, novas tangências ganham um novo lugar. Nela (cidade), que responde a parâmetros próprios de uma época de transição, a relação de experiência e/ou de pertencimento ao espaço urbano persiste (em meio a um conjunto de transformações nas dimensões sociais, técnicas e tecnológicas), mas observa-se o empobrecimento dos sistemas simbólicos, a retração das formas de vida coletiva, a instrumentalização dos espaços de ação e a redução do valor do público.

Num cenário de disso-

lução de experiências, via de regra superficiais e instáveis, os territórios das representações socioespaciais replicam-se como contaminados, contingenciais, híbridos, mestiços, relativos, sincréticos; deslocamentos de posicionamentos econômicos, identitários, socioculturais e políticos promovem um fluxo recorrente de instabilidades, mas não só, promovem também a segregação, a exclusão e a fragmentação urbana.

Num contexto em que um conjunto de práticas transbordam para além de seus campos e limites, combinando-se com novos (ou reformulados) padrões, observa-se a transformação da paisagem urbana em mercadoria para consumo imediato, condicio-

nada por três técnicas do capitalismo tardio: mutação, fluxo e desordem. Condicionados por uma lógica neoliberal, fenômenos tão díspares como a ampliação dos meios massivos de comunicação ou a generalização das formas de consumo programado provocam um declínio significativo do sentido de primazia do espaço urbano.

Além disso, quando confrontados com o imperativo do capital transnacional globalizado e o desmantelamento dos estados nacionais, o simulacro da ilusão de desenvolvimento urbano, na realidade do desenvolvimento de uma cidade estratificada e privatizada (baseada mais em delimitações e fronteiras do que em continuidades, conforme já destacou Roberto Fernan-

dez), apresenta a intensificação da crise da cidade pública.

Se por um lado, as táticas e as estratégias que se delectam podem ser entendidas como respostas ao fluxo dos mercados globais e suas atuações concretas no momento socioeconômico de cada localização geográfica, por outro, elas (táticas e estratégias) são também representações de suas singularidades e especificidades. Se isso é correto, então, essas mesmas táticas e estratégias tem potencial para promover a incorporação cultural e a prática de novas urbanidades que requalificam o espaço urbano, tornando-o centro de disputas para a reivindicação da visibilidade pública das diferenças do reconhecimento político do dife-

rente.

Numa cidade que responde a parâmetros próprios de uma época de transição, acreditamos que o que se nos apresenta como mais oportuno para estes tempos é radicalizar o olhar, extremar as ações. É preciso considerar a não observância das regras do jogo, os processos *in extremis* que nos aportam a necessidade de despertarmos da paralisia perante as inércias induzidas por agentes internos e externos em relação à arquitetura da cidade. É necessário comparar esses processos com os que, neste momento, *ad marginem*, constituem a cidade e o urbano. Segue sendo necessário, diríamos, “produzir uma literatura das situações extremas”. A frase, extraída do texto de

Sartre “¿Qué es literatura?”, poderia matizar-se com a intercalação da condição urbana e com o reconhecimento de um século XX caracterizado por sua expressão radical, um pensamento do excessivo e uma reinvidicação de ação revolucionária, como escreveu Sloterdijk em “Sin Salvación”<sup>3</sup>. O pensador de Karlsruhe se apoia (e ao mesmo tempo critica) em Lukács para dar título a seu volume, uma vez que nele posiciona uma trajetória, que já tinha em Nietzsche o mentor dos extremismos. De fato, um ir radicalmente até o final é o que permite chegar à salvação, hipérbole de último minuto de Lukács em Sloterdijk. A hipérbole situa-se ante o abismo da mediocridade her-

<sup>3</sup> Sloterdijk, P. (2011:96)



dada, no século XXI, de posturas ainda não devidamente bem compiladas do século XX, que foi postergado e redimensionado por Hobsbawm até quase o seu final. E, talvez, por essa razão, com o vertigo da vida que nos leva, intitulou seu livro como “Age of Extremes. The Short Twentieth Century 1914-1991”. Sem ser esse o melhor livro do historiador britânico, diremos que com ele se colocam precisamente dois extremos em nossos argumentos; o dos acontecimentos e seus relatos marcados pela legitimação de seus discursos político-econômicos; e o dos posicionamentos radicalizados que aparentemente se isentam, se safam de pertencer a algum desses discursos. Bem, responder a ambos

não é objetivo deste número de ‘Cidades’, mas talvez seja aproximar-se da missão definida por David Harvey quando questiona a radicalidade das revoluções em seu trabalho sobre Paris. Tais cortes não nos parecem tão extremados, mas fundamentalmente ‘envolvidos’, ‘absortos’, para assim emergir. A tarefa é, pois, desvelar essas posturas, dar-lhes forma, extremar a profundidade, abismar, como diriam muitos filósofos atuais e passados.

Nesse enquadramento, abordando questões de um urbano mundializado e seus processos de produção, - por exemplo em relação à vida política e tempos pós-políticos, à massa, multidão e espaço público, ao neoliberalismo e

à produção do espaço, à expropriação e segregação socioespacial ou, ainda, à justiça espacial e direito à cidade, são as hipóteses apresentadas nos textos deste volume problematizando a conformação da cidade e suas formas de urbanidade emergentes na contemporaneidade. São hipóteses que, conforme Latour, constituem-se para além de “estados da questão”, uma vez que significam “questões de preocupação”. As preocupações, as afeições individuais e coletivas (no sentido deleuziano), constituem-se em uma aproximação com este conjunto de artigos, de dissimilitude aparente, que reconhece a profundidade do problema das cidades contemporâneas. Também há manifestações de

preocupações em função das quais sociólogos, antropólogos, geógrafos e arquitetos se somam para, ao menos, gerar um vislumbre de resistência. Naturalmente, os extremos já estão capitalizados no sistema e, portanto, todo o monstruoso reificado diretamente de catástrofes; ou os seres demoníacos, com que convivemos em certa harmonia, nada mais são do que uma anestesia que se contrapõe aos efeitos, mas, talvez, sem força para curvar, vencer as afeições, ou signos (em um sentido spinoziano), por meio de devenir em outras coisas, como diria Deleuze.

Nossa intenção é indagar em cinco afeições (agrupamentos), alguns reflexos de nosso tempo na cidade. Em realidade, é possível ante-

cipar uma grande diversidade de enfoques que melhor dão conta de nosso tempo para tantas outras cidades, que revelam, concomitantemente, uma fascinação que anseia, ambicionando a transgressão, mas que nos é manifestamente vedada.

Nesse contexto dos textos a seguir, o leitor observará que Manuel Delgado contextualiza as transformações do espaço público, tendo como referência a noção de multidão pós-política (externalização da multiplicidade de sujeitos), diferenciando a multiplicidade de massa e de manada; pivotando sobre Canetti (com a questão de multiplicidades arborescentes versus rizomáticas, conforme Deleuze e Guattari), identifica o trans-

lado de axiomas definidores da arena pública democrática e a impossibilidade do resgate da noção de espaço público conforme a tradição filosófica republicana, argumentando que a urbanidade do cidadão se manifesta em um cenário comunicacional de um universo hiperabstrato. Por sua vez, Mariano Perez refere-se a processos ou lugares extremos, identificando que crise e emergência não são mais do que duas maneiras de percepção dos processos socioespaciais que conformam a cidade coetânea, uma cidade guetificada por um capitalismo de ficção. Tendo como referência o pensamento de Rabotnikof, considera o espaço não mais uma responsabilidade do Estado e, questionando as mobilizações

sociais no espaço público, pergunta: Até que ponto se dissolvem os indivíduos nas manifestações de massa? É possível a permanência da singularidade dos cidadãos ante o aparecimento da multidão? Para Perez, estamos em um momento de transição em que se nos apresenta a possibilidade real de construção de um espaço público urbano representativo de formas de integração que permitam superar as diferenças sem negá-las.

Ao retomar sua tese de que o processo de reprodução do espaço urbano é constitutivo de estratégias de realização do capital financeiro, uma vez que, enquanto mercadoria, elemento central de uma problemática urbana promotora de processos de fragmen-

tação, hierarquização e segregação socioespacial, Ana Fani Carlos remete à necessidade de um projeto para a sociedade, pelo questionamento ideológico das possibilidades de uma gestão democrática da cidade do capitalismo de ficção. Em uma nova ordem espaço-temporal, em que se identifica a passagem do espaço de consumo ao consumo do espaço, afirma a necessidade do desvelamento de estratégias impeditivas da construção de uma efetiva urbanidade, de um espaço urbano representativo de uma concreta justiça espacial.

Núria Benach analisa escalas do urbano, de um urbano de crescentes desigualdades socioespaciais em que se constata transformações

significativas em espaços da vida cotidiana, uma vez que resultam de políticas neoliberais de redução de investimentos do estado e de direitos sociais. Entendendo que o urbano é condição essencial para a reprodução do capitalismo, argumenta que é necessário “abrir fissuras” e contrapor-se aos processos de produção de uma cidade em que ‘espaços de reserva’, ‘espaços colonizados’ sustentam centralidades de espaços de acumulação do capital. Em sua análise, Jorge Minguet correlaciona os ciclos de desenvolvimento do capitalismo e sua influência na arquitetura, destacando a associação de interesses entre a esquerda cultural e a direita econômica na implementação de um novo modelo de con-

sumo estendido, expressão, segundo Zizek, de uma nova forma de negação do político: a pós-moderna post-política.

Rizek lança mão de uma análise diferenciada do Programa Minha Casa, Minha Vida (o maior programa habitacional brasileiro), não apenas de seu impacto sobre a produção da cidade, para identificar um ponto de inflexão na redefinição de desigualdades caracterizadas pelo aprofundamento da segregação urbana e das desigualdades socioespaciais, mas também identifica e contextualiza, onde não se supunha ocorrer, um outro processo financeirizado de produção do espaço urbano, na realidade um ‘novo’ processo extremo de vulnerabilidade e destitui-

ção urbana. Para Isabel Alvarez os processos extremos de produção da cidade refletem o aprofundamento da crise capitalista, que tem como produto e condição de sua própria realização o incremento da segregação socioespacial. Analisando aspectos da cidade de São Paulo, Alvarez demonstra como a reprodução do espaço, orientada pela lógica do capital financeiro, promove uma transformação intraurbana da negação do direito à cidade. Tendo como objeto de análise processos extremos da cidade de São Paulo, mais especificamente a proposta de revitalização da Orla do Guarapiranga e a Favela Nova Guarapiranga, Fabiana Valdoski argumenta que a urbanização do século XXI apresenta como aspecto

novo a generalização da segregação socioespacial. Para ela, em um cenário de aprofundamento de processos extremos de precarização do espaço urbano, revela-se uma crise urbana global intrínseca à constituição da produção do espaço como elemento fundamental no processo de acumulação capitalista. Todavia, em uma cidade em que se elaboraram novos discursos espaciais para a sustentação de estratégias urbanas de expropriação, observa-se a instalação da resistência como prática urbana permanente.

Em ensaio que propõe a investigação de aspectos da transformação da cidade contemporânea por meio de um método de múltiplas leituras, entendendo estarmos instala-

dos em um momento de transição permanente, e trabalhando o pensamento de Sloterdijk quanto à ambivalência entre os processos de construção e deconstrução, Guerra propõe um processo particular de análise da paisagem urbana. Nele, apoiada na superposição de diferenças espaciais e temporais sem reconhecer nenhum paradigma estável da modernidade, busca tornar visíveis processos socioespaciais urbanos, de modo a se contrapor a uma globalização imposta. A espacialização do pós-político, de um urbanismo de obsessão exarcebada, por incrementar o potencial econômico da cidade como ente competitivo de um mercado global, não é algo que nos escapa neste momento, argumenta Marta

López-Marcos. Problematizando aspectos da cidade mundial e tendo como referência Pequim, Varsóvia e Istambul, López explora as condições de um contra-espço, desde sua vertente política, buscando contrapor-se a um espaço (público) urbano neutralizado, despolitizado. Analisando situações identificadas como de emergência, de casos específicos, que se constituem na conformação de uma cidade multidimensional, resultante de um capitalismo de ficção, De Carli, Prieto de la Viesca e Pecoraio argumentam quanto a impossibilidade de se evitar a desigualdade social e questionam o direito à cidade, justificando e propondo, em sua reflexão a necessidade de espaços de esperança que se

contraponham à privatização do público e a processos de destruição do “comum”.

Para Alves, as novas condições colocadas pela reestruturação produtiva do capitalismo e a exacerbação de lógicas regidas pelo consumo implicam a domesticação da paisagem e a transformação de práticas próprias do fato urbano que caracterizam a condição contemporânea da vida. A realidade do espaço vivido e construído socialmente, do espaço público reduzido a jogos de apropriação do bem comum – não como meio de contestação, do encontro e do conflito –, reconfigura-se em espacialidades que respondem a mudanças das formas de compreensão e das dimensões simbólicas do urbano,

desdobrando-se no questionamento da própria noção de cidade. Mesmo nesse contexto, a aposta de Alves para fazer frente a processos mundializados de redução da esfera pública, está na pertinência e necessidade de afirmar o espaço público como o lugar da resistência, da realização concreta da história individual como história coletiva. Julio Arroyo argumenta que os extremos propiciam experiências extraordinárias, engendram subjetividade e condicionam os sujeitos. Retomando o conceito de ‘ciudad escendida’, de uma cidade mundializada, conformada por tensões máximas, problematiza os desafios de uma civitas debilitada, de uma urbs descontínua e de uma polis desafiada, de um ur-



bano de processos extremos em que a temporalidade da vida cotidiana se define pelo devir dos fatos (antes do que pela linearidade da história), em que cidadania e espaço público não expressam significados universais, uma vez que sua espacialidade se especifica em episódios e sua centralidade ontológica é desafiada pelos fatos.

Finalmente, apontando o equívoco do pensamento que considera que as cidades cresceram como os economistas ensinaram e afirmando o valor da cidade histórica, Carlos Tapia convida a um sonho neo-benjaminiano da cidade futura como resistência ao capital. Ele mostra a necessidade de confrontar, com novos questionamentos a radicali-

dade da cidade futura, pela articulação de marcos referenciais no campo da arquitetura, da pintura e da literatura. No desenvolvimento de sua(s) hipótese(s), argumenta que no âmbito de nossa esfera noológica coetânea, a arquitetura deve se converter em transgressão e resistência.

## BIBLIOGRAFIA

CACCIARI, M. *La Ciudad-Territorio (o la post-metropoli)*. In ARENAS, L; FOGUÉ, U. (editores) *Planos de (Inter)sección: materiales para un diálogo entre filosofía y Arquitectura*. Lampreave, Madrid, p. 32-46. 2011

HARVEY, D. *Paris, capital de la modernidad*. Madrid: Akal. 2008

HOBBSBAMM, E. J. (1995) *Historia del siglo XX, 1914-1991*. Barcelona: Crítica, 1995 (Serie Mayor)

PARDO, J.L. *Disculpen las molestias, estamos transitando hacia un nuevo paradigma*. In

ARENAS, L; FOGUÉ, U. (editores)  
Planos de (Inter)sección: materiales para un diálogo entre filosofía y Arquitectura. Lampreave, Madrid, p. 352-367. 2011

SARTRE, J. P. *¿Qué es literatura?*, Madrid, Losada, 2011

SLOTERDIJK, P.. *Sin salvación: Tras las huellas de Heidegger*. Madrid: Ediciones AKAL. 2011



## PRÓLOGO

### CARLOS TAPIA

(UNIVERSIDAD DE SEVILLA. ETS  
ARQUITECTURA, ESPAÑA)

tava@us.es

### MANOEL RODRIGUES ALVES

(UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO  
CARLOS, BRASIL)

mra@sc.usp.br

En qué Ciudad, o ciudades habitamos? En relación a la ciudad coetánea, el filósofo español José Luis Pardo afirma que

*“[...] lo que nos está sucediendo es que el paradigma en virtud del cual se construyó la ciudad en su anterior configuración ya es un paradigma anticuado e inútil para que la ciudad pueda hacer frente a sus retos y*

*desafíos de futuro, y sin embargo todavía no ha terminado de instalarse el nuevo paradigma, ese que va hacer a la ciudad finalmente apta para una supervivencia ágil y eficaz en un mundo que estará completamente transformado”<sup>4</sup>. Para Cacciari, “¿Qué habitamos hoy? [...] ¿Habitamos ciudades? No, habitamos territorios [...] territorios indefinidos, y las funciones se distribuyen en su interior, más allá de cualquier lógica que las programe, más allá de cualquier urbanismo”<sup>5</sup>.*

En el contexto en que estas dos citas nos sitúan, el objetivo de este número temático de la revista Cidades es el de fomentar la reflexión sobre la ciudad contemporánea, sus

1 Pardo, J. L. (2011:357)

2 Cacciari, M. (2011:41). Traducción de los autores.

procesos de transformación y espacialidades. En una ciudad de inéditas formas de enunciación, de una contemporaneidad conformada por la globalización económica, y una mundialización de procesos, medios y procedimientos que conforman la vida cotidiana, entendemos necesario una re-evaluación de sus procesos de conformación y configuración.

La reflexión conceptual sobre esos procesos, la introducción de marcos teóricos diferenciales y un análisis de realidades concretas insertas en este número de Ciudades buscan posibilitar un análisis de nuevas morfologías urbanas y sus relaciones con distintos contenidos (nuevos o no). De esa forma, investigar transformaciones de procesos de

urbanización y de producción de ciudad, o la exacerbación de procesos ya conocidos que, todavía, operan en un contexto sociocultural diferenciado, conformando microgeografías para un día a día denso y de nuevas alineaciones de uso y apropiación del espacio.

Más que de la ciudad em sí misma, la propuesta “Procesos Extremos” investiga dimensiones de producción y reproducción del espacio urbano contemporáneo, en particular de la ciudad por sí misma, de las relaciones y tangencias de espacialidades y procesos. Al interrogar los puntos de inflexión de las prácticas e ideas que fundamentan, producen y se reproducen en la ciudad coetánea, en una articulación dialógica

entre teoría/realidad urbana y localización/mundialización, se discuten y aportan marcos de comprensión y prácticas espaciales y de intervención, por medio de un entendimiento crítico de esos mismos marcos, prácticas e intervenciones.

En la ciudad del presente, las fronteras son borradas: unas nuevas tangencias ganan un nuevo lugar. Y así, en ella, que responde a parámetros propios de una época de transición, la relación de experiencia y/o pertenencia al espacio urbano persiste (en medio de un conjunto de transformaciones en las dimensiones sociales, técnicas y tecnológicas). Pero se observa un empobrecimiento de los sistemas simbólicos, una retracción de las formas de vida colectiva, una

instrumentalización de los espacios de acción y una reducción del valor de lo público.

Dispuestos en un escenario de disolución de la experiencia, donde la regla es siempre superficial e inestable, los territorios de las representaciones socioespaciales se replican como contaminados, contingentes, híbridos, mestizos, relativos, sincréticos; dislocaciones de posicionamientos económicos, identitarios, socioculturales y políticos que promueven un flujo recurrente de inestabilidades. Sin embargo, no es sólo eso, sino que promueven también segregación, exclusión y fragmentación urbana.

Insertos en un conjunto de prácticas que se desborдан más allá de sus campos y

límites, que se combinan con nuevos patrones (o reformulados), se observa una transformación del paisaje urbano en mercancía de consumo inmediato, condicionada por tres técnicas del capitalismo tardío: mutación, flujo y desorden. Condicionados por una lógica neoliberal, fenómenos tan dispares como la ampliación de los medios de comunicación de masas o la generalización de las formas de consumo programado, provocan un declive significativo del sentido de la primacía del espacio urbano.

Además, confrontados con el imperativo del capital transnacional globalizado y el desmantelamiento de los Estados-Nación, el simulacro de la ilusión del desarrollo urbano, la realidad del impulso de una

ciudad estratificada y privatizada (basada más en delimitaciones y fronteras que en continuidades, como ya destacó el arquitecto argentino Roberto Fernández), se nos aparece una intensificación de la crisis de la ciudad pública.

Si, por un lado, las prácticas y las estrategias que se detectan pueden ser entendidas como respuestas al flujo de los mercados globales y a sus actuaciones concretas en el momento socioeconómico de cada localización geográfica, por otro, esas tácticas y estrategias son también representación de sus singularidades y especificidades. Si eso es correcto, entonces, esas mismas tácticas y estrategias tienen potencial para promover una incorporación cultu-

ral y una práctica de nuevas urbanidades que recalifiquen el espacio urbano, por lo que deben tornarse – como centro de disputas para la reivindicación de la visibilidad pública de las diferencias – en el reconocimiento político de lo diferente.

En una ciudad que responde a parámetros propios de una época de transición, como ya hemos dicho, creemos que lo que se nos presenta como más oportuno para estos tiempos es radicalizar la mirada, extremar las acciones. Habrá que considerar la no observancia de las reglas de juego, los procesos *in extremis*, que nos aportan la necesidad de despertarnos de la parálisis imperante y las inercias inducidas por agentes internos

y externos a la arquitectura de la ciudad. Será necesario comparar esos procesos con los que, en este momento, *ad marginem*, constituyen la ciudad y lo urbano. Sigue siendo necesario, diríamos nosotros, “producir una literatura de las situaciones extremas”. Tal frase, extraída del texto de Sartre “¿Qué es literatura?”, podría matizarse con la intercalación de la condición urbana y con el reconocimiento de un siglo XX que es caracterizado por su expresión radical, un pensamiento de lo excesivo y una reivindicación de acción revolucionaria, como ha escrito Sloterdijk en “Sin Salvación”<sup>6</sup>. El pensador de Karlsruhe se apoya (y al mismo tiempo critica) en Lukács para dar título

---

3 Sloterdijk, P. (2011:96)



a su volumen al posicionar en él una trayectoria que ya tenía en Nietzsche el mentor de los extremismos. En un ir radicalmente hasta el final se halla la salvación, hipérbole de último minuto de Lúkács en Sloterdijk, que sitúa ante el abismo la mediocridad heredera en el siglo XXI de tales posturas aún no bien compiladas del XX. Y ese siglo, el XX, fue postergado en su desentrañamiento por Hobsbawm hasta que casi acabó y, quizá por ello, con el vértigo con que la vida nos lleva, tituló a su libro como “Age of Extremes. The Short Twentieth Century 1914-1991”. Sin ser éste el mejor libro del historiador británico, diremos con él que coloca en nuestros argumentos precisamente dos extremos, el de los

acontecimientos y sus relatos marcados por la legitimación de sus discursos político-económicos, y el de los posicionamientos radicalizados que aparentemente se zafan de pertenecer a ninguno de esos discursos. Bien, responder a ambos no es el cometido de este monográfico, y quizá sí sea parecerse a la misión que se asigna David Harvey cuando cuestiona la radicalidad de las revoluciones en su trabajo sobre París. Tales cortes no parecen ser tan extremados, sino fundamentalmente “envueltos” para así emerger. La tarea, pues, está en desvelar esas posturas, hacerlas forma, extremar la hondura, abismar, como dirían muchos filósofos actuales y pasados.

Una vez que nos hemos constituido en ese encuadre, que aborda cuestiones de lo urbano mundializado y sus procesos de producción – por ejemplo, en relación a la vida política y a los tiempos postpolíticos, a la masa, multitud y espacio público, al neoliberalismo y la producción del espacio, la expropiación y la segregación socioespacial o hasta la justicia espacial y el derecho a la ciudad –, las hipótesis presentadas en los textos de este volumen problematizan la conformación de la ciudad y de sus formas de urbanidad emergentes en la contemporaneidad. Hipótesis que, conforme a Latour, se constituyen transformando los antiguos “asuntos de hecho” en “cuestiones de preocupación”. Ta-

les preocupaciones, tales afeciones (en sentido deleuziano) individuales y colectivas, son nuestra aportación con este conjunto de artículos cuya disimilitud aparente reconoce la profundidad y diversidad del problema de las ciudades contemporáneas y la preocupación por la que sociólogos, geógrafos y arquitectos se conjuran aquí para generar un vislumbre de resistencia, cuando menos. Naturalmente, los extremos ya están capitalizados en el sistema, por lo que todo lo monstruoso reificado en catástrofes en directo y seres demoníacos con los que se convive en cierta armonía, no son sino una anestésica que contrarresta los efectos. Pero quizá aún no doblega los efectos, o signos (en un sentido

spinoziano) que, devienen en otras cosas, como diría Deleuze.

Nuestra intención es indagar en cinco afecciones (agrupaciones), algunos reflejos de nuestro tiempo en la ciudad. En realidad, podemos anticipar una gran diversidad de enfoques que mejor dan cuenta de nuestros tiempos para tantas otras ciudades, y que nos revelan mutuamente una anhelante fascinación por la transgresión que nos es, como ciudadanos, manifiestamente vedada.

Así pues, en los textos que siguen, encontrará el lector que Manuel Delgado contextualiza las transformaciones del espacio público en referencia a la noción de multitud post-política (externali-

zación de la multiplicidad de sujetos). Diferenciando la multiplicidad de masa y de manada, pivotando sobre Canetti (o multiplicidades arborescentes versus rizomáticas, Deleuze y Guattari), identifica la transferencia de axiomas que definen el ámbito público democrático y la imposibilidad del rescate de la noción de espacio público conforme a la tradición filosófica republicana, argumentando que la urbanidad del ciudadano se manifiesta en un escenario comunicacional de un universo hiperabstracto.

Por su parte, Mariano Pérez Humanes, pone en cuestión si se trata de procesos o lugares extremos, identificando que la emergencia y crisis no son más que dos maneras de percibir los procesos socioespaciais

que conforman la ciudad coetánea, una ciudad guetificada, y de un capitalismo de ficción. Con referencia a las ideas de Rabotnikof, cree que el espacio ya no es una responsabilidad del estado y cuestiona, con respecto a las movilizaciones sociales en el espacio público: ¿en qué medida se disuelven los individuos en las manifestaciones de masas? O, ¿es posible la permanencia de la singularidad de los ciudadanos antes de la aparición de la multitud? Para Pérez, estamos en un momento de transición en el que se nos presenta la posibilidad real de construcción de un espacio público representativo urbano de formas de integración para superar las diferencias sin negarlas.

Para apoyar su tesis

de que el proceso de mejoramiento del espacio urbano es constitutivo con el establecimiento de estrategias del capital financiero en cuanto que mercancía (elemento central de un proceso problemático que promueve la fragmentación urbana, la jerarquización y la segregación socioeconómica del espacio), Ana Fani Carlos aboga por la necesidad de un proyecto de sociedad, y por el cuestionamiento ideológico de las posibilidades de una gestión democrática en la ciudad de capitalismo de ficción. En un nuevo orden espacio-temporal, que se identifica el paso del espacio de consumo al consumo de espacio, propone la necesidad de develar las estrategias que impiden la construcción de una

efectiva urbanidad, del espacio urbano representativo de una justicia espacial concreta. Núria Benach analiza las escalas de lo urbano, de un urbano de crecientes desigualdades socioespaciales en que existen significativas transformaciones en los espacios de la vida cotidiana, como resultado de las políticas neoliberales de reducción de las inversiones del estado y de los derechos sociales. Entendiendo que la condición urbana es esencial para la reproducción del capitalismo, sostiene que es necesario ‘abrir fisuras’ y contrarrestar los procesos de producción de una ciudad donde el ‘espacio de reserva’, y los ‘espacios colonizados’, soportan centralidades de espacios de acumulación de capital. En su

análisis, Jorge Minguet correlaciona los ciclos de desarrollo del capitalismo y su influencia en la arquitectura, destacando la asociación de intereses entre la izquierda cultural y la derecha económica en la implementación de un nuevo modelo de consumo extendido, expresión, según Žižek, de una nueva forma de negación del político: la postpolítica postmoderna.

Rizek acomete un análisis diferenciado del programa Minha Casa, Minha Vida (el más grande programa de vivienda brasileño), ampliando el sentido de su impacto en la producción de la ciudad, para así identificar un punto de inflexión en la redefinición de las desigualdades que se caracterizan por la intensificación de

la segregación urbana y la inequidad socioespacial. En este camino, identifica y contextualiza, donde no se suponía que iba a ocurrir, otro más de los procesos financieros de producción del espacio urbano, en la realidad de un ‘nuevo’ proceso extremo de vulnerabilidad y destitución urbana. Para Isabel Alvarez, los procesos de producción extrema de la ciudad reflejan la profundización de la crisis capitalista, cuyo producto y condición de su propio logro es el aumento de la segregación socio-espacial. Analizando aspectos de la ciudad de São Paulo, Alvarez demuestra cómo la reproducción del espacio, guiado por la lógica del capital financiero, promueve una transformación intraurbana de negación del

derecho a la ciudad. Teniendo como objeto de análisis los procesos extremos de la ciudad de São Paulo, concretamente la revitalización propuesta de la Guarapiranga y la nueva Guarapiranga, Fabiana Valdoski argumenta que la urbanización siglo XXI presenta como nuevo aspecto la generalización de la segregación socio-espacial. Para ella, en un escenario de profundización de los procesos de extrema precariedad del espacio urbano, resulta ser una crisis urbana global intrínseca la producción del espacio, como un elemento clave en el proceso de acumulación capitalista. Sin embargo, en una ciudad en la que se preparan nuevas intervenciones espaciales para el apoyo de estrategias urbanas

de expropiación, se observa la instalación de la resistencia como práctica urbana permanente.

Por otro lado, Carmen Guerra desarrolla un ensayo que propone una investigación de aspectos de transformación de la ciudad contemporánea por medio de un método de lecturas múltiples. Entendiendo que estamos instalados en un momento de transición permanente y trabajando el pensamiento de Sloterdijk en cuanto a la ambivalencia entre los procesos de construcción y deconstrucción, Guerra propone un procedimiento particular de análisis del paisaje urbano. En él, apoyado en la superposición de las diferencias espaciales y temporales y no reconociendo ningún

paradigma estable de la modernidad, busca hacer visible los procesos socioespaciales urbanos a fin de contrarrestar una globalización impuesta. La espacialización de lo post-político, de un urbanismo de obsesión exacerbada por aumentar el potencial económico de la ciudad como una entidad en el mercado global competitivo, no es algo que se nos escapa en este momento, sostiene Marta López-Marcos. Cuestionando aspectos de la ciudad mundial, con ejemplificación en Pekín, Varsovia y Estambul, López-Marcos explora las condiciones de un contra-espacio, desde su vertiente política, tratando de contrarrestar un espacio urbano (público) neutralizado, despolitizado.

Analizando situaciones

identificadas como de emergência, de casos específicos, que se constituyen en la conformación de una ciudad multidimensional resultante de un capitalismo de ficción. De Carli, Prieto de la Viesca y Pecoraio argumentan la imposibilidad de evitar la inequidad social y cuestionan el derecho a la ciudad, justificando y proponiendo en su reflexión la necesidad de espacios de esperanza que se contrapongan a la privatización de lo público y a los procesos de destrucción del “común”.

Para Alves, las nuevas condiciones planteadas por la reconversión productiva del capitalismo y la exacerbación de lógicas regidas por el consumo, implican la domesticación del paisaje y la transformación

de las prácticas propias del hecho urbano, que caracterizan la condición contemporánea de la vida. La realidad del espacio vivido y construido socialmente, del espacio público, una vez reducidos los juegos de apropiación del bien común – no como un medio de impugnación, de encuentro y de conflicto – se reconfigura en espacialidades que responden a los cambios en las formas de comprensión y en las dimensiones simbólicas de lo urbano, y se despliegan cuestionando la noción misma de la ciudad. Incluso en ese contexto, la apuesta de Alves para hacer frente a procesos mundializados de reducción de la esfera pública es una pertinencia y una necesidad de afirmar el espacio público como lugar



de resistencia, de la realización concreta de la historia individual como historia colectiva. Julio Arroyo sostiene que los extremos proporcionan experiencias extraordinarias, engendran subjetividades y condicionan los sujetos. Volviendo al concepto de ‘ciudad escindida’ en una ciudad globalizada, conformada por tensiones máximas, aborda los desafíos de una civitas debilitada, de una urbs discontinua y de una polis desafiada por procesos extremos urbanos en los que la temporalidad de la vida cotidiana se define por el devenir de los hechos (antes que por la linealidad de la historia), en la cual, ciudadanía y espacio público no expresan significados universales toda vez que su espacialidad se especifica

en episodios y su ontológica centralidad es desafiada por los hechos.

Por último, señalando el error del razonamiento indiscutible que considera que las ciudades crecieron como los economistas nos enseñaron y argumentando el valor de la ciudad histórica, Carlos Tapia nos invita a generar una imagen dialéctica a partir de un sueño neo-benjaminiano de la ciudad del futuro, y como posibilidad de resistencia al capital. Afirmando la necesidad de hacer frente a nuevas preguntas sobre el futuro de la ciudad, articula radicalismos como puntos de referencia en el campo de la arquitectura, la pintura y la literatura, en nuestra ‘esfera noológica coetánea’, concluyendo que la ar-

quitectura mantuvo y debe seguir manteniendo su carácter de transgresión y resistencia.

SLOTERDIJK, P.. *Sin salvación: Tras las huellas de Heidegger*. Madrid: Ediciones AKAL. 2011

## BIBLIOGRAFÍA

CACCIARI, M. *La Ciudad-Territorio (o la post-metropoli)*. In ARENAS, L; FOGUÉ, U. (editores) *Planos de (Inter)sección: materiales para un diálogo entre filosofía y Arquitectura*. Lampreave, Madrid, p. 32-46. 2011

HARVEY, D. *Paris, capital de la modernidad*. Madrid: Akal. 2008

HOBSBAWM, E. J. (1995) *Historia del siglo XX, 1914-1991*. Barcelona: Crítica, 1995 (Serie Mayor)

PARDO, J.L. *Disculpen las molestias, estamos transitando hacia un nuevo paradigma*. In ARENAS, L; FOGUÉ, U. (editores) *Planos de (Inter)sección: materiales para un diálogo entre filosofía y Arquitectura*. Lampreave, Madrid, p. 352-367. 2011

SARTRE, J. P. *¿Qué es literatura?*, Madrid, Losada, 2011





**USP**

 **NAP.Urb**

 Grupo  
de  
Estudios  
Urbanos

ISSN 1679-3625